sibilidade física do transporte daquele produto, tal qual retratado nas notas fiscais emitidas.

Por todo o exposto, estou em que o contribuinte não logrou contrapor-se de modo convincente à pretensão fazendária, razão pela qual voto no sentido de negar provimento ao apelo.

Sala das Sessões, em 1º de agosto de 1989.

a) Antonio Carlos de Moura Campos, Relator.

RESUMO DA DECISÃO: negado provimento ao recurso. Decisão unânime. 3ª Câmara. Proc. DRT-5 n. 9576/87.

EMENTAS

4475 — PRODUTOR — Revalidação espontânea de inscrição — Excludente de punibilidade — Apelo provido — Decisão unânime.

O atraso na revalidação da inscrição, corrigido espontaneamente, antes de qualquer ação fiscal, não configura o exercício clandestino de atividade.

Proc. DRT-8 n. 3661/88, julgado em sessão da 8ª Câmara de 8.8.89 — Rel. Ademir Ramos da Silva.

4476 — MERCADORIAS — Recebimento desacompanhado de documentação fiscal — Transporte por conta da destinatária — Tradição das mercadorias efetivada antes da ação fiscal — Desoneração do remetente — Recurso provido — Decisão unânime.

A destinatária confirma a retirada das mercadorias e as notas fiscais demonstram que ela mesma cuidou do transporte e do depósito. Não cabe, pois, responsabilizar o fabricante por eventuais discrepâncias no número de peças encontradas ou pelo fato de a adquirente não ter levado seus bens até o destino final. Aliás, é o próprio Agente Fiscal autuante quem afirma que "se a destinatária tivesse realmente estocado as carrocerias, objeto de sua declaração naquele local, onde foram apreendidas, deveria ter anexado cópia da nota fiscal de remessa das mercadorias, que a esta teria por obrigação fiscal emitir, para acompanhar os bens de seu ativo imobilizado", deixando claro com esta afirmativa que, se irregularidade houve, foi por parte da destinatária. O que não é lógico concluir, perante as claras afirmativas da destinatária, é a presença de irregularidades por parte da vendedora, já desobrigada no momento da entrega das mercadorias.

Proc. DRT-9 n. 5017/87, julgado em sessão da 1ª Câmara de 15.8.89 — Rel. Edda Gonçalves Maffei.

4477 — ISENÇÃO CONDICIONAL — Benefício vinculado ao emprego, na agricultura, da mercadoria vendida — Descumprimento, pelo destinatário, da condição estabelecida — ICM exigível — Intransferível, ao comprador, a responsabilidade pela obrigação tributária — Recurso desprovido — Decisão unânime.

Verifica-se dos autos que a recorrente promoveu saída de sulfato de amônio ao amparo da isenção de que fala o art. 5º, XI, "b", do RICM, que somente tem aplicação quando o produto (fertilizante) venha a ser empregado na agricultura. A autuação reside no fato de não ter sido cumprida essa condição, uma vez que o produto foi utilizado no processo de industrialização de álcool. A autuada, nas diversas fases do processo, procura demonstrar que não lhe cabe responsabilidade no comportamento do adquirente em desvirtuar a finalidade de utilização do produto e pretende que a ação fiscal seja voltada contra ele (destinatário). Vencida em primeira instância e em recurso ordinário, ingressa com pedido de reconsideração da decisão da 2ª Câmara. Por oportuno lembro que o art. 6º da Lei n. 440/74 estabelece que: "quando a isenção do imposto depender de condição a ser preenchida posteriormente, não sendo esta satisfeita, o imposto será considerado devido no momento em que ocorreu a operação." Logo, não há como negar que o ICM passou a ser devido na operação de saída do produto pelo inadimplemento da condição. Por outro lado, não vemos como se possa transferir a responsabilidade da obrigação tributária, do remetente para o destinatário, como pretende a recorrente, tendo em vista a imutabilidade do sujeito passivo, ainda que houvesse acordo entre as partes, conforme expressamente dispõe o art. 123 do Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172/66).

Proc. DRT-9 n. 862/86, julgado em sessão da 2ª Câmara de 14.3.89 — Rel. José Bento Pane.

4478 — CRÉDITO DE ICM — Apropriado em 1984 e 1985, de notas fiscais emitidas por firma que encerrou suas atividades em 30.6.81 — Mantido, na íntegra, o AII — Negado provimento ao recurso — Decisão unânime.

Entendo perfeitamente configurada a prática da infração, ou seja, aproveitamento do crédito indevido, porque destacado em notas fiscais inidôneas, emitidas em novembro de 1984 e abril de 1985 por

suposta empresa que encerrara as suas atividades em 30 de junho de 1981. Mesmo no tocante à prova dos pagamentos, que de qualquer forma entenderia irrelevante em face da situação irregular da suposta emitente, a apresentada pela autuada é absolutamente ineficaz mesmo para os que a entendem relevante.

Proc. DRT-5 n. 4542/86, julgado em sessão da 4ª Câmara de 13.7.89 — Rel. Alberto João Gramani.

4479 — INTERRUPÇÃO DE DIFERIMENTO — Saída de gado bovino para abate — Nota fiscal de produtor com declaração falsa quanto ao destinatário — Negado provimento ao recurso — Decisão unânime.

As infrações fiscais atribuídas aos autuados estão configuradas, não merecendo acolhida a frágil argumentação desenvolvida pela defesa. Com efeito, a nota fiscal de produtor é ineficaz como meio probante do fato que tenciona representar, em vista da flagrante falsidade dos dados que lhe foram inseridos. Por outro lado, na esteira das decisões proferidas por este Tribunal no sentido de que ocorrendo a interrupção do diferimento o tributo e a multa legalmente exigidos devem ser suportados por quem a ela der causa, nego provimento ao recurso ordinário indigitado a fim de que se mantenha íntegra a decisão recorrida.

Proc. DRT-6 n. 3011/86, julgado em sessão da 5ª Câmara Especial de 28.4.89 — Rel. Maria Tereza de Oliveira Yoshikawa.

4480 — NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR — Consignando declaração falsa quanto ao destinatário das mercadorias — Interrompido o diferimento do ICM — Negado provimento ao recurso — Decisão unânime.

As notas fiscais, de emissão da recorrente, consignam como destinatário do rebanho um produtor rural. Esse produtor, em período bem anterior à data das notas fiscais emitidas, cancelou sua inscrição, mudando-se para a cidade de Nova Esperança, no Estado do Paraná, onde reside até hoje, fato esse não contestado pela autuada. Ora, se o destinatário do rebanho, encaminhado para "pasto", não mais se situa no local indicado nas notas fiscais, há evidente declaração com laivos de falsidade nos documentos fiscais, a encobrir verdadeiras operações escusas de venda, comprometendo, assim, o diferimento do imposto previsto no art. 272, II, do RICM. A alegada boa fé da recorrente, por outro lado, não a aproveita, já que houve prática sonegatória do ICM em operações mascaradas. O trabalho fiscal